

Intervenção do sr. António Sousa (Bairro de S. Gonçalo – Guimarães)

Audição na Assembleia da Republica em 22 de Março de 2019

Represento o Bairro de São Gonçalo em Guimarães este bairro foi construído em 1974 é habitado por mais de 90% de reformados, com poucos recursos, durante mais de quarenta anos fomos completamente abandonados, até 2014 nunca nos escreveram uma carta ou apareceu algum funcionario pelo Bairro para pregar um simples prego.

Finalmente em 2014 ressuscitaram para nos informar, sem direito a contestação, dos aumentos de renda exorbitantes, em alguns casos passaram de 11 para 390 euros, era a entrada em vigor da famigerada lei Cristas e executada pela figura de triste memória, chamado Vítor Reis.

A partir daí reunimos com os Moradores e Decidimos ir para a Luta, juntamente com outros Bairros de Guimarães e do resto do País, posemos uma ação contra IHRU pedindo uma indemnização pelas reparações efetuadas, nos apartamentos, pois se não tivéssemos efetuadas essas obras hoje os prédios estariam bons para a demolição, e começamos a depositar as rendas com o valor anterior aos aumentos, na Caixa Geral de Depósitos, o IHRU resolveu contra atacar e cheio de (boas intenções meteu um processo duplo contra os Moradores e respetivos Conjugues), pondo em causa não o nosso processo mas solicitando o não reconhecimento do depósito na Caixa, colocando em sérios riscos de não poderem pagar as inadmissíveis custas judiciais.

Os processos estavam a decorrer até que em Março de 2018 fomos ameaçados, de que se não pagássemos ao IHRU no prazo de 30 dias as verbas exigidas seríamos despejados, não só aqueles que do seu ponto de vista, tinham perdido a ação, mas também os Moradores que ainda aguardavam decisão Judicial, as verbas em causa variavam á 1 ano entre 6.000 e 22 mil Euros este total só foi atingido por estarem a exigir 50% de valor de mora, das rendas em atraso, como estamos a depositar as rendas na Caixa Geral de Depósitos enquanto decorre o processo consideramos ilegal tal exigência, se os Moradores não tinham possibilidades para pagar as rendas pretendidas, muito menos as podem pagar, com a penalização de mais 50%.